

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.699 - SP (2019/0311730-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : HUBNER IMPLEMENTOS RODOVIARIOS S/A
RECORRENTE : NOMA DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA
RECORRENTE : NOMA PARTICIPACOES S/A
RECORRENTE : MARCOS MITSUO NOMA
RECORRENTE : MARCELO HARUO NOMA
RECORRENTE : DENISE AKEMI NOMA
RECORRENTE : CRISTIANA HARUE NOMA
ADVOGADO : MARCIO RODRIGO FRIZZO - SP356107
RECORRIDO : BANCO INDUSVAL SA
ADVOGADOS : RONALDO RAYES - SP114521
EDUARDO VITAL CHAVES - SP257874
VANESSA SALEM EID - SP310078

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

TUTELA DE URGÊNCIA. TUTELA ANTECIPADA INCIDENTAL. REQUISITOS. ART. 300, CPC. BANCO DE DADOS. EXCLUSÃO. EMBARGOS DO DEVEDOR. NEGATIVA DE EFICÁCIA SUSPENSIVA. ROL DO ART. 1.015, DO CPC.

1. Para concessão de tutela de urgência, exige-se caracterização de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
 2. Trata-se de embargos do devedor, na qual a parte alega abusividade dos juros remuneratórios flutuantes (indexados à CDI).
 3. Diante da matéria objeto da lide, se verifica configuração dos requisitos para concessão da tutela de urgência, na modalidade de tutela antecipada incidental.
 4. Já a negativa de eficácia suspensiva aos embargos do devedor não é matéria arrolada no art. 1.015, do CPC, não comportando conhecimento o agravo quanto ao tema.
- Recurso não conhecido em parte, e provido na parte em que conhecido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, os recorrentes apontam existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 1.015 e 1.022 do Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração, sem suprimimento da omissão relativa à admissibilidade do agravo de instrumento nas ações de execução.

Defendem o cabimento do agravo de instrumento contra decisão que indefere efeito suspensivo aos embargos à execução, diante de uma interpretação extensiva do preceito legal.

O recurso foi admitido na origem, nos termos de decisão de fls. 672-674, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Verifico no sistema de consulta processual, que o Juízo de 1º grau julgou parcialmente procedentes os embargos à execução, tendo o ora recorrido apresentado recurso de apelação. Desse modo, como o recurso especial pretende que seja dado seguimento ao agravo de instrumento contra decisão de 1º grau que não atribuiu efeito suspensivo aos embargos à execução, caracterizada a perda superveniente do seu objeto, visto que a competência para atribuição do pretendido efeito suspensivo passou a ser do relator do recurso de apelação (art. 1.012, CPC).

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. PRETENSÃO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A APELAÇÃO. COMPETÊNCIA DO DESEMBARGADOR RELATOR DO TRIBUNAL AO QUAL É DIRIGIDO O RECURSO. COMPETÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR AINDA NÃO INAUGURADA. JURISDIÇÃO ORDINÁRIA NÃO EXAURIDA. INEXISTÊNCIA DE RECURSO ESPECIAL A AMPARAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DESTA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. MANIFESTO DESCABIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA REQUERIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Nos termos do art. 1.012, § 3º, do CPC/2015, a competência para analisar o pedido de concessão de efeito suspensivo a apelação é do Desembargador relator do Tribunal ao qual é dirigido o recurso.

2. Consoante a jurisprudência desta Corte Superior, para que se inaugure esta via extraordinária, é imprescindível o esgotamento da jurisdição ordinária e a existência de meio processual hábil a essa finalidade, sobretudo o recurso especial, ainda que pendente do juízo de admissibilidade de competência do Tribunal de origem.

Embora se admita a flexibilização dessa regra, tal não ocorre na espécie.

3. Na hipótese em estudo, como nem sequer foi julgada a apelação e, conseqüentemente, não foi esgotada a jurisdição do Tribunal a quo - imprescindível ao manuseio do recurso especial (que também não foi interposto), consoante o disposto no art. 105, III, da Constituição Federal -, não se cogita da análise da sustentada ilegalidade por esta Corte, ante a pretensão, per saltum, de abertura desta instância superior.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt na Pet 12.339/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 25/6/2019)

Em face do exposto, julgo prejudicado o recurso especial, diante da perda de objeto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora